

Entre a fé, a família e a política: a Economia Solidária em Dourados – MS

Between faith, family and politics: The Solidarity Economy in Dourados – MS

Magda Luiza Mascarello¹
magdamascarello@gmail.com

Resumo. A Economia Solidária vem crescendo no Brasil, tanto em número de participantes nos empreendimentos econômicos quanto em iniciativas do Estado e estudos acadêmicos. Situado neste contexto, o objetivo deste artigo é discutir as significações deste fenômeno social na organização específica que existe no município de Dourados – MS, tomando como ponto de partida a narrativa dos sujeitos que o constroem ao mesmo tempo em que dele participam. Trata-se de uma reflexão antropológica sobre os significados imbricados nas relações cotidianas das pessoas que compõem a rede de economia solidária da cidade, assumindo a etnografia e o registro de memória e trajetórias de vida como método de pesquisa. Os resultados indicam que a Economia Solidária em Dourados aparece, sobretudo, como um ato de fé que impulsiona um deslocamento das pessoas em um caminho de busca por uma sonhada libertação cristã. Um projeto e, ao mesmo tempo, um horizonte, ambos articulados definindo símbolos, ações, identidades, compromissos, sentimentos e também política pública. Uma missão, portanto, ora de caráter universal como vida entregada a serviço de certa comunhão planetária, ora como atuação local, como redimensionamento das relações na própria família.

Palavras-chave: Economia Solidária, memória, comunidade, cosmologia cristã.

Abstract. In Brazil the participation in the Solidarity Economy has grown both in terms of the number of economic enterprises and initiatives of the State as well as academic studies. In this context, the aim of this article is to discuss the meanings of this social phenomenon in its specific organization in the city of Dourados – MS. Its starting point are the narratives of the subjects that both construct this phenomenon and participate in it. This is an anthropological reflection about the meanings interwoven in the daily relations of people that form the solidarity economy network in the city, taking ethnography and records of memories and life stories as its research method. The results indicate that the Solidarity Economy in Dourados appears to be mainly an act of faith that propels people in the direction of a search for a dreamt of Christian liberation. This is a project and at the same time a horizon, both articulated, defining symbols, actions, identities, commitments, feelings as well as public policies. Therefore it is a mission not only of a universal character as a life devoted to a certain planetary communion, but also of local action as a reshaping of relationships in the family itself.

Keywords: Solidarity Economy, memory, community, Christian cosmology.

¹ Instituto Federal do Paraná – IFPR, Campus Pinhais. Rua Humberto Alencar Castelo Branco, 1575, Jardim Amélia, 83329-200, Pinhais, PR, Brasil.

Introdução

A economia solidária é um fenômeno social que vem crescendo de forma significativa no Brasil tanto no que se refere à multiplicação de empreendimentos econômicos e organizações da sociedade civil quanto em iniciativas estatais na formulação e implementação de políticas públicas para o trabalho e enfrentamento à pobreza, assim como em sua definição como temática de investigação acadêmica.

Neste universo, a Rede Pirê de Economia Solidária localizada em Dourados – MS ocupa um lugar relevante, uma vez que está inserida em diversas organizações a nível nacional, contou durante oito anos com a intervenção da prefeitura municipal através da Secretaria da Assistência Social e sua Superintendência de Economia Solidária durante dois períodos da gestão do Partido dos Trabalhadores (2000-2008), além de proporcionar a circulação de moeda social no comércio local, dispor dos serviços do banco comunitário Pirê² e constituir uma rede de iniciativas que abrange produção, comercialização, consumo, plano de formação e sistema de créditos financeiros para os empreendimentos cooperativos. Um contexto complexo onde podem ser encontrados, simultaneamente, o movimento social, o terceiro setor e o Estado, articulando-se e desenvolvendo conjuntamente ações sob a mesma denominação: economia solidária. Articulações onde se misturam e entrecruzam temas como trabalho, pobreza, economia, moralidades, conhecimento, políticas públicas, instituições.

Com o tema de investigação inserido nesse cenário, o objetivo deste artigo é refletir sobre as relações cotidianas onde acontecem os processos de interação dos agentes da economia solidária de Dourados, assumindo a etnogra-

fia e o registro de memória e trajetórias de vida como método investigativo³.

Na análise das trajetórias das mulheres de Dourados é possível apreender convicções que paulatinamente vão definindo a economia solidária na cidade como uma opção de vida e remetem a elementos que conformam o que Otávio Velho (1998) identificou como “cultura bíblica”, cujos desdobramentos teóricos são aqui fundamentais. Segundo o autor (Velho, 1998), a cultura bíblica pode ser compreendida a partir de duas expressões centrais que, articuladas entre si, estabelecem uma relação de mútua definição e total interdependência: cativo e libertação. O primeiro indica ausência de liberdade, formando com seu polo oposto – libertação – um binômio indissociável que contribui para a apreensão das mais diversas situações, desde contextos sociopolíticos mais amplos até circunstâncias do cotidiano.

Articulado às trajetórias de vida narradas pelas mulheres que compõem este estudo, o par cativo e libertação ajuda a compreender os significados imbricados em suas memórias e em sua participação na organização da economia solidária de Dourados, definindo-a como uma forma de enfrentamento a um capitalismo-cativo a partir dos ideais de libertação da cosmologia cristã fomentados pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) em décadas anteriores.

A formação de base: busca pela comunidade cristã

Logo no início de minha pesquisa de campo, o primeiro contato feito com Conceição, ex-superintendente da economia solidária na cidade em um início de pesquisa em que a preocupação estava focada tão somente na

² Entre as principais iniciativas da rede de economia solidária de Dourados estão as finanças solidárias, que, segundo os documentos da organização, são “uma forma de democratização do sistema financeiro, oferecem serviços financeiros adequados às necessidades básicas da população, que são capazes de fortalecer as iniciativas de geração de trabalho e renda de caráter popular, priorizando os(as) excluídos(as) do sistema financeiro tradicional. Entre seus principais instrumentos estão os bancos comunitários, os fundos rotativos, os clubes de trocas e as moedas sociais”. Em Dourados, este eixo é desenvolvido pelo Banco Pirê, entidade não governamental que tem como objetivo primordial financiar pequenos projetos de geração de renda na perspectiva da economia solidária (Cartilha: “A economia solidária no Município de Dourados”, s.d., p. 30).

³ Os dados deste artigo são provenientes da pesquisa etnográfica com entrevistas realizadas em 2011, exclusivamente com mulheres que fazem ou fizeram parte da Rede de Economia Solidária de Dourados, identificadas durante o período de pesquisa de campo. Os critérios para a escolha das entrevistadas foram pautados na diversidade das agentes da rede, divididas nas três categorias clássicas reconhecidas na literatura sobre o tema – empreendimentos, assessores ou entidades de apoio e gestores públicos –, a posição que nela ocupam e o reconhecimento dos demais membros da organização. A exclusividade da entrevista com mulheres fundamenta-se em sua expressiva maioria nos espaços de participação e na inspiração do nome da ONG que é a principal entidade de apoio no momento, chamada Mulheres em Movimento. Uma primeira versão deste texto foi discutida durante o XVI Congresso Brasileiro de Sociologia, realizado em Salvador – BA, em setembro de 2013. (Para mais informações sobre outros aspectos, significados e práticas da economia solidária em Dourados e suas incidências nas políticas públicas locais, ver Mascarello, M.L., 2012. Sobre aimbricação entre as dinâmicas de gênero, religião e economia solidária na Rede Pirê, em Dourados, ver Paulon, G., 2010).

compreensão das estratégias de elaboração e efetivação da política pública municipal, revelava um fator importante: “Tudo isso não teria sido possível se a equipe da Secretaria de Assistência Social não fosse de formação de base. Foi isso que levou a gente a se dedicar tanto”.

Essa enunciação emergiu espontaneamente em meio a uma conversa sobre as estatísticas que identificavam o perfil dos/as empreendedores/as nos oito anos de gestão do Partido dos Trabalhadores e gráficos que identificavam a fatia do orçamento municipal destinada às ações deste programa da Assistência Social, contidos nos relatórios elaborados pela secretaria no período. A afirmação de Conceição deixava evidente que ela chamava as ações desenvolvidas pela política pública de “tudo isso”, mas o que significava “formação de base” nesse contexto precisava ser aprofundado. O que era afinal esse elemento responsável pelo “dedicar-se tanto” dos gestores públicos e da equipe por eles recrutada para a efetivação da política?

Em uma segunda visita ao campo, na entrevista realizada em sua casa, Conceição retoma o tema e esclarece o que compreende por *formação de base*:

Na verdade, a gente tinha formação de base, eu trabalhava em comunidades. Eu sou fruto das CEBs. Então nas CEBs a gente aprende muita coisa a respeito. E como eu trabalhava, eu coordenava a pastoral da criança na minha cidade. Então a gente se preocupava muito com as mulheres a respeito desta questão da emancipação da mulher. E pra você emancipar você tem que ter um trabalho. Você tem como falar de emancipação sem trabalho? Não tem. Então aí a gente se preocupava muito. Porque como a sociedade ela é ainda bastante patriarcal, machista, sempre os homens que sustentam a casa. Hoje nós temos uma volta nisso aí, não é mais assim. Então hoje as mulheres estão no mercado de trabalho e ganham menos que os homens. Fazem a mesma coisa e ainda há esta diferenciação. As mulheres têm muito ainda que conquistar. Então, também não pode ser qualquer trabalho não. Tem que ser um trabalho digno. E a gente se preocupava com isso na pastoral da criança, a gente tentava fazer alguma coisa, chamava de iniciativas de geração de renda. Apesar de serem iniciativas pequenas, a gente tentava. Na época, a gente não sabia muito bem o que era economia solidária, mas a proposta era a mesma: trabalho coletivo, cooperado, geração de renda, na linha da questão ambiental, da preocupação com o meio ambiente. Então já existia esse trabalho na verdade (Conceição, 2011).

Conforme aponta o relato, formação de base correspondia a uma inserção na comunidade

de, certo aprendizado junto a pastorais sociais da Igreja Católica, valorização de um trabalho considerado digno para mulheres e alternativas de geração de renda. Remete, portanto, a experiências vividas por militantes católicos no interior das CEBs.

A equipe que trabalhava na Superintendência da Economia Solidária, segundo informações das entrevistadas, era formada por uma assistente social, uma pedagoga, uma advogada, profissionais da área de marketing e um grupo de pessoas chamadas de monitores que tinham a responsabilidade de identificar nos bairros da periferia pessoas que desenvolviam alguma atividade econômica de maneira informal em suas casas (panificação, costura, artesanato, manicure, etc.), mediar o contato entre estas e a prefeitura municipal, acompanhar eventuais cursos de capacitação técnica que viriam a ser desenvolvidos nessas regiões e assessorar os possíveis empreendimentos de economia solidária que a partir deles fossem constituídos. O critério principal que definia o recrutamento e contratação dos monitores que viriam a ser “o braço” da superintendência nos bairros de Dourados era a busca pela formação de base, definida como inserção em alguma organização local, sinônimo na maioria das vezes de formação da igreja.

Eu priorizava sempre as pessoas que já tinham uma formação. A Neide já tinha uma formação de base que era da Pastoral da Criança. Então ela já tinha um movimento ali, então ela já tinha formação da Igreja, do trabalho do movimento. [...] E assim a gente foi construindo. Por isso que deu certo. [...] Pela atuação dela na comunidade a gente percebeu que poderia contribuir (Conceição, 2011).

A narrativa nos mostra que o termo *formação de base* aparece sempre junto a outro que também ocupa um lugar central na discussão: *comunidade*. Ambos apresentam significados indissociáveis que se definem e completam mutuamente e permitem a emergência de uma lógica na efetivação da política pública municipal diferente daquelas muitas vezes reconhecidas como a racionalidade burocrática do aparelho estatal. A *comunidade* aparece como o lugar por excelência da *formação de base*. É ela que torna possível um tipo de conhecimento que constrói um sujeito considerado legítimo para o trabalho com economia solidária na cidade.

Seria a pessoa que realmente tinha o perfil de comunidade. Que tinha alguma organização, que

tinha alguma mística, que tinha algum movimento que estivesse relacionado à comunidade. Que tivesse vivência comunitária. Se não tiver é muito difícil entender o processo. Já era meio caminho andado (Conceição, 2011).

Estas características ficam ainda mais evidentes na narrativa de Neide, justificando os motivos que a levaram a trabalhar como monitora na prefeitura municipal desde o início das ações da superintendência. Mais uma vez a economia solidária aparece como uma prática anterior às ações municipais e à própria economia solidária, análoga aos trabalhos desenvolvidos pelas pastorais sociais no interior da experiência católica das CEBs.

Sempre estive participando em movimentos sociais, muito tempo na pastoral da criança, muito tempo nas pastorais sociais, CEBs, CEBI [Centro Ecumênico de Estudos Bíblicos]. Então esses movimentos e essas participações [...] me prepararam já um pouco pra chegar na economia solidária. Porque assim, às vezes, a gente já poderia estar fazendo economia solidária e não tinha essa palavra, a gente não ouvia falar de economia solidária (Neide, 2011).

Aproximações entre a forma como se compreende o que é e o que se faz na economia solidária de Dourados e o que se fez em comunidades católicas são recorrentes na enunciação de todas as entrevistadas, tanto aquelas que pertencem à prefeitura municipal e à entidade de apoio quanto aquelas das mulheres dos empreendimentos cooperativos. Angelita, por exemplo, é costureira de uma das maiores empresas solidárias da organização – a Pirê Vest – e manifesta em sua fala uma identificação entre os conceitos de comunidade religiosa e economia solidária, que na maioria das vezes se interpenetram e confundem em sua narrativa. Quando faz a passagem de uma situação que descreve como sendo de cativo – onde imperavam o sofrimento, a saudade de seus pais, os problemas e até a depressão – para um espaço mais amplo de relações sociais, sua cura terapêutica é remetida simultaneamente à comunidade e à economia solidária, como se ambas fossem uma coisa só:

Então eu sofri muito, senti saudades, tive problema de depressão quando cheguei em Dourados, tomei muito antidepressivo. Ai depois que eu comecei a conhecer pessoas na comunidade, que eu comecei a participar da comunidade, aí que eu fui ver... já começar a implantar essa coisa de economia solidária. Aí que eu fui liberta também

da depressão. Nunca mais tomei antidepressivo (Angelita, 2011).

De igual maneira, no momento em que passa a narrar sua inserção e suas atividades na comunidade religiosa onde exerce importantes funções de liderança e articulação junto a outros fiéis, Angelita faz um breve silêncio e comenta:

[Silêncio] *A comunidade é minha vida. [Silêncio] Foi lá que... Eu sou muito grata à comunidade. Por isso que eu falo lá que eu tenho um grande amor pela minha comunidade, porque lá eu aprendi muita coisa também. Foi lá que eu despertei pra vida. Isso também de ter determinação eu aprendi na comunidade. Aprendi que a gente tem que viver em comunidade. Ninguém é feliz sozinho. Ninguém pode ser feliz sozinho. Por isso, a economia solidária me encanta. E nós temos esse lema que “juntos somos fortes”. Então me encanta por isso. Faz com que as pessoas... o desejo da economia solidária de que todos vivam em comum. E estamos aí (Angelita, 2011).*

Ela segue descrevendo todas as suas atividades nesta comunidade religiosa, entre idas e vindas em meio aos conflitos com o esposo e os filhos, ressaltando sua coragem em enfrentá-los e sua persistência em não desistir destas saídas de sua casa para a comunidade e os grupos que acompanhava, até que, motivada por uma pergunta na entrevista, a narradora novamente faz um breve silêncio e define economia solidária:

M: *O que é a economia solidária pra senhora?*

A: [Silêncio] *É a vida. Economia solidária pra mim é a vida. [Silêncio] Faz parte da vida, de quem quer viver bem. Porque eu vejo assim que a gente, pra viver bem você tem que estar unido aos demais e a economia solidária ela chama pra isso. Por isso se fala e-c-o-n-o-m-i-a solidária, porque não é uma economia minha, é uma economia de uma comunidade (Angelita, 2011).*

Outra vez aparece nas palavras da narradora um mesmo significado para economia solidária e comunidade. Ambas são identificadas com a vida e remetem a relações de mutualidade.

A partir das memórias e trajetórias acima narradas é possível perceber a economia solidária como um conjunto de significados que remetem a certo modelo de comunidade, definido a partir de princípios cristãos. Nesse sentido, as noções de cativo e libertação podem ser encontradas subliminarmente nas memórias mencionadas, não enquanto pers-

pectivas em oposição, mas como passagens entre ambas, que implicam sempre saídas de uma situação de cativo em busca de um devir libertador que é, ao mesmo tempo, projeto e modelo. É importante destacar nessas noções seu caráter simbólico e as múltiplas aberturas que implica. O capitalismo e as relações estabelecidas nele e por ele – compreendidas pelo grupo estudado sempre como individualistas e egoístas – remetem a uma situação de cativo em que vive o pobre, explorado pelas relações desiguais de trabalho e falta de autonomia. O caminho para a libertação, entretanto, tem seu passo inicial em uma tomada de consciência sociopolítica por parte destes trabalhadores e no reconhecimento de sua vocação ontológica a uma liberdade conquistada coletivamente pelo restabelecimento de relações reconhecidas como sendo de solidariedade. Conforme indica a enunciação de Neide abaixo transcrita – uma fala espontânea que abriu a entrevista antes mesmo da emissão de qualquer pergunta, e que seguiu durante pouco mais de 20 minutos –, o *modelo de sociedade* insistentemente mencionado na proposta da economia solidária consiste em uma retomada do ideal de comunidade encontrado nas narrativas das primeiras experiências dos grupos cristãos:

Eu vejo a economia solidária como um modelo de vida que a gente vai optar em viver diferente e aí nesse modelo de vida, de sociedade que a gente fala, que entraria o tudo, o todo da convivência da vida da gente. Não só a questão do dinheiro. Porque se a gente às vezes fala um monte de economia solidária, e fala dos princípios, que tem que pensar na questão ambiental, tem que ter autogestão, tem que ter cooperação, e aí assim, a gente está construindo este modelo de sociedade, mas assim não teria necessidade de se construir isso, porque a gente já era pra viver isso. Se a gente vivesse nesse modelo de sociedade, seria uma vida assim: não existiria violência, não existiria desigualdade social, não existiriam tantas e tantas famílias aí que não têm onde morar, que não têm o que comer, a questão da violência. Porque nesse modelo de sociedade que a gente sonha, que a gente fala que é a economia solidária, seria isso. E aí às vezes eu fico analisando assim: por que é tão difícil? Tão difícil entender esse modelo de sociedade? [...] Mas se todos tivessem, se todos tivessem um pouco desse preocupar-se com o próximo. Eu tenho, mas eu também quero que o outro tenha. Então, eu entendo a economia solidária assim, não sei se eu estou errada ou não, pode ser que esteja, mas assim..., como..., aí se eu trago as pessoas que acreditam em Deus [...] eu que sou cristã, que acredito em Deus, que tenho Jesus como exemplo, então quando a gente traz

essa questão um pouco religiosa, eu penso assim: qual o tipo de sociedade que Jesus propôs pras pessoas, não foi essa sociedade que hoje a gente fala de economia solidária? Que seria esse ideal? Que seria esse ideal que era ser solidário com o próximo, dividir aquilo que a gente tem, ser humilde, ser humano, ser tudo. Isso é esse modelo que a gente ouve. E assim, por que é difícil? [...] E aí assim, eu pra mim, aí assim, eu vejo que é por isso que é mais fácil eu acreditar nessa... na economia solidária que às vezes a gente traz, que é esse modelo de sociedade diferente. Por causa dessa forma. Porque aí eu trago, lá quando a gente vê na leitura dos primeiros cristãos. É isso que hoje na economia solidária a gente quer. Sabe assim? Dividir o que a gente tem. Se eu tenho pra comer hoje e o próximo lá não tem, então vamos se juntar e ver uma... o que a gente pode fazer pra que eu tenha e as outras pessoas também tenham. Isso a gente só consegue com organização. [...] Por isso que assim, voltando na questão lá do acreditar, assim, eu posso viver sem participar de uma igreja, mas eu não consigo viver sem eu estar fazendo alguma coisa na minha comunidade, ou ali alguma coisa no meio do povo (Neide, 2011).

Logo, se a noção de cativo está intrinsecamente relacionada a certa compreensão do capitalismo, a narrativa de Neide traz presente a noção de *libertação*, como algo identificado ao mesmo tempo como um devir utópico que exige fé e luta para sua conquista e um passado mítico localizado no cristianismo primitivo que opera como *O Modelo de Sociedade*. O texto bíblico citado pela entrevistada descreve esse modelo, encontrado na narrativa das primeiras comunidades cristãs, no livro bíblico dos Atos dos Apóstolos:

A multidão dos fiéis era um só coração e uma só alma. Ninguém considerava propriedade particular as coisas que possuía, mas tudo era posto em comum entre eles. [...] Entre eles ninguém passava necessidade, pois aqueles que possuíam terras ou casas as vendiam, traziam o dinheiro e o colocavam aos pés dos apóstolos; depois, ele era distribuído a cada um conforme a sua necessidade (At 4, 32-35).

É importante perceber que o exemplo comunitário aqui discutido, insistentemente citado no contexto da pesquisa, não é a solidariedade durkheimiana, onde a força de coesão está no contraste entre o interior e o exterior do grupo (cf. Turner, 1974). Conforme aponta Motta (2004), a solidariedade assume, neste fenômeno, uma significação de ligação dos indivíduos entre si e, transcendentalmente, destes com a

natureza e o universo. Para a autora, é ela o elemento que permite colocar em relação os que são desiguais e, podemos acrescentar, cria uma série de alianças, moralidades e compromissos que mais se aproximam da noção de reciprocidade proposta por Marcel Mauss (2003 [1950]).

A partir das narrativas acima, pode-se de-fluir que a marcha para a libertação pressupõe uma comunidade total, conforme apontou Turner (1974, p. 161), uma *communitas* como “sociedade homogênea e não estruturada cujas fronteiras coincidem idealmente com as da espécie humana”. Para uma melhor compreensão desta perspectiva, torna-se fundamental retomar também os três tipos de *communitas* indicados pelo autor: a existencial, que apresenta um caráter espontâneo de formação; a normativa, que traz em si as exigências de controle social entre os membros do grupo na consecução das finalidades da comunidade existencial; e a ideológica, que propõe uma multiplicidade de modelos utópicos na “tentativa de enunciar claramente as condições sociais ótimas nas quais seria lícito esperar que essas experiências floresçam e se multipliquem” (Turner, 1974, p. 162). A *communitas*, neste sentido, é sempre formuladora de filosofias generalizantes e utópicas.

No caso da Rede Pirê e dos modelos de comunidade ali mobilizados, percebe-se a presença tanto da *communitas* normativa quanto da ideológica, ambas situadas no domínio da estrutura e estabelecendo determinados ordenamentos e normatizações. Em outras palavras, ao mesmo tempo em que as entrevistadas trazem presente a filosofia utópica das primeiras comunidades cristãs e os valores humanos universais que ela supõe, estabelecem um conjunto de exigências necessárias para criar situações ideais de reciprocidade que visam à manutenção do modelo como uma forma de pacto social. O que está no horizonte da busca é uma experiência transformadora que encontra no interior de cada indivíduo a essência de algo profundamente comunal e compartilhado. Uma utopia que incide no relacionamento entre as pessoas a partir de um reconhecimento de certa vocação ontológica à reciprocidade, onde a comunidade é, ao mesmo tempo, contraposição ao sistema capitalista e *modelo de mundo* ou, ainda mais, *modelo de vida*.

Colocando em diálogo as enunciações das entrevistas com as proposições de Turner (1974), é evidente que a economia solidária de Dourados apresenta um caráter normativo de um Nós essencial que, embora carregue a

probabilidade de existência somente em condições transitórias de liminaridade, define um ordenamento que remete à exigência de preocupar-se com o próximo, com “eu tenho, mas eu também quero...” – e, neste caso, devo querer – “...que o outro tenha”. Esta preocupação exigida deve resultar em certo ato de acreditar que põe o indivíduo em luta, ou seja, em marcha para a libertação, ou estabelece a possibilidade de retorno ao passado mítico de reciprocidade absoluta que implica impreterivelmente saídas de estruturas sociais que definem posicionamentos desiguais entre os indivíduos, estejam eles no interior dos empreendimentos, de sua família, da cidade ou da amplitude planetária. Como disse Neide: “...lá, quando a gente vê na leitura dos primeiros cristãos. É isso que hoje na economia solidária a gente quer. Sabe assim? Dividir o que a gente tem”. Trata-se, portanto, de um modelo de sociedade que precisa ser implantado com luta e fé, ao mesmo tempo em que se baseia em um ideal que “Jesus deixou como exemplo” e que tem “vários séculos de existência, dois mil anos atrás”, nas palavras da narradora.

Para Turner (1974), essas generalidades e formulações utópicas que indicam valores humanos universais consistem na recusa da estrutura social e comumente vêm conectadas com a ideia de igualdade e, como consequência, de ausência de propriedade e ambiguidade valorativa do dinheiro. Elementos fundamentais que são encontrados abundantemente nas narrativas sobre a economia solidária de Dourados. Se, por um lado, esta é apresentada como sinônimo de comunidade, por outro, é o antônimo da propriedade.

Quando começava a entrar um pouquinho de dinheiro, aí o grupo se desfazia. Porque elas achavam “bom, agora está entrando dinheiro e eu tenho que dividir. Eu posso fazer sozinha e ganhar mais”. Então esse processo aconteceu também em Dourados. Vi muitos grupos se desfazendo por conta deste pensamento capitalista. Porque a pessoa, ela vai internalizando devagar. Isso faz parte, eu não achava por mal isso, fazia parte do processo porque é um processo de mudança. E os que realmente ficavam são os que realmente entenderam a proposta da economia solidária (Conceição, 2011).

O que me faz segurar a economia solidária é essa paixão, paixão mesmo, sei lá, por um mundo diferente, e é bonito quando a gente vê as pessoas que estão se dando bem, as pessoas que continuam, por isso eu falava pra você a questão do grupo Nova Face de cabeleireiro do salão, e elas estão bem e eu acho bonito isso, elas estão felizes com o

que fazem, e estão enriquecendo? Não, não quero que ninguém fique rico. Quero..., quero que tenham o necessário. E elas estão contentes, a gente chega lá e percebe que elas estão felizes e é isso que é importante, que eu fico feliz quando eu vejo essas pessoas, que chegam agora que nem os meninos do grupo de limpeza, por mais que eles não têm da onde tirar dinheiro, mas eles estão tão bem. Que a felicidade não está no dinheiro. Não está no dinheiro. Mudou. Do ano passado pra cá era aquele negócio que tinha que estar empurrando. Hoje não, a gente chega lá e sente que elas estão felizes. Não recebem dinheiro, mas estão bem, estão contentes com aquilo que fazem, tudo com muito amor, por isso mudou a qualidade do produto (Neusa, 2011).

O dinheiro é sempre enunciado em seu caráter ambíguo: ao mesmo tempo em que corrompe as relações de reciprocidade e descaracteriza o *amor ao movimento*, é apresentado como resultado merecido de quem se dedica a esta causa ou então elemento de emancipação dos trabalhadores pobres. Estes, por sua vez, são definidos como vítimas da exploração absoluta do sistema capitalista e, ao mesmo tempo, detentores de uma força de libertação integral.

O reconhecimento dos trabalhadores pobres como portadores de potencial revolucionário e a utopia de uma comunidade de plena igualdade e reciprocidade absoluta que alcança os limites da humanidade fazem com que as agentes da economia solidária de Dourados, pertencentes às três categorias clássicas do campo – empreendimentos, assessorias e gestores públicos – assumam a responsabilidade de agir para transformar a sociedade a partir de uma organização política do “povo trabalhador”, coincidindo com as proposições de Souza (1993), que define a organização comumente pensada por militantes católicos como exigência de saber e empenho na tarefa de informar o povo. Características que em Dourados, além de permitirem a emergência de um conjunto de significações específicas sobre a economia solidária conforme foi até aqui discutido, também definem prioridades e a própria estrutura da rede de empreendimentos e das ações da política pública e da atuação da ONG Mulheres em Movimento na cidade.

Formação: um instrumento para a transformação

Saber e conhecer as características e princípios da economia solidária, a organização da rede municipal e, principalmente, o contexto

social gerado pela exploração do capital é um dever, uma obrigação, que resulta simultaneamente no compromisso de ajudar outros a conhecer e numa consequente responsabilização de engajamento e de ação na mesma proporção do conhecimento adquirido. Diante disso fica evidente que o militante se constrói na *formação de base*, conforme indicado anteriormente. Em contrapartida, o não engajamento aparece como efeito imediato de um déficit de *formação* e deve ser suprido por um planejamento estratégico que permita que tal conhecimento chegue a todos que vão se inserindo na rede de economia solidária e, de igual maneira, traz uma exigência de que estes adiram aos espaços e momentos em que essa formação acontece.

No universo investigado, são constantemente pensados e desenvolvidos encontros e reuniões que servem como espaços de sociabilidade onde a economia solidária vai sendo não apenas ensinada e aprendida, mas também criada a partir de “um caráter altamente pedagógico que aponta para a construção de identidade, vocabulário e argumentos comuns” (cf. Motta, 2010, p. 42).

No programa da Superintendência Municipal de Economia Solidária, por exemplo, a formação ocupava um lugar central com oferecimento de cursos de capacitação técnica e orientação política que, dada sua consistência, continuou inclusive após o encerramento da política pública, através de ações desenvolvidas pela ONG Mulheres em Movimento. Como afirma Conceição: “Nós criamos esta metodologia da formação continuada, pras pessoas entenderem bem. [...] Era formação contínua, a gente não parava. Era um movimento só, era grande o movimento. Não sei como a gente deu conta”.

Esse programa de formação continuada consistia em duas linhas de reflexão e atuação. A primeira estava centrada na capacitação profissional e levava o nome de Programa Coletivos de Qualificação para o Trabalho. A outra tinha como foco a compreensão do funcionamento da sociedade capitalista e do Estado Social de Direitos a partir dos princípios defendidos nacionalmente pela economia solidária e era chamada de Educação para a Cidadania. Segundo materiais de divulgação da economia solidária que circulam pela cidade, estes programas consistiam em:

O Programa Coletivos de Qualificação para o Trabalho visa primordialmente a geração de renda e a inclusão social da população desempregada

elou subempregada. Seu grande foco foi o alcance das famílias dos programas de Transferência de Renda, no intuito de proporcionar a estas famílias uma alternativa de inserção produtiva e posterior melhoria da renda familiar, através da rede de Economia Solidária (Cartilha “A Economia Solidária de Dourados – MS”, 2008).

A Formação para a Cidadania nasceu em 2005 com o objetivo de capacitar empreendedores(as) interessados(as) em fazer parte da Rede de Ecosol [Economia Solidária], sobre os princípios fundamentais da Economia Solidária, cooperativismo, relações humanas, noções de planejamento e rede de economia solidária (Jornal da Economia Solidária, abril de 2006).

No Programa Coletivos de Qualificação para o Trabalho eram oferecidos cursos profissionalizantes promovidos em parceria entre a prefeitura municipal e escolas profissionalizantes do SEBRAE e SENAI. Os monitores contratados para trabalhar nos bairros de periferia divulgavam tais cursos e motivavam a população a escolher e participar de capacitações técnicas de seu interesse entre as possibilidades apresentadas: manicure e pedicure, panificação, cabeleireiro, artesanato, corte e costura, produtos de limpeza, mecânica, eletricista, etc.

Na verdade, em 2003-2004 eu fui contratada pra desenvolver esse serviço, que seria desenvolver o serviço que eu já fazia na comunidade voluntariamente, mas agora seria uma coisa mais ampliada que seriam os cursos. Então assim, eu não sabia se era pra formar grupo ou não e qual que era o verdadeiro sentido, qual que era o objetivo. Assim, eu sabia que aqui em Dourados havia muito desemprego e a solução que a prefeitura viu, achou que seria viável era implantar esse curso de qualificação e, a partir disso aí, começar a desenvolver economia solidária (Neide, 2011).

Se a qualificação para o trabalho trazia um objetivo de inclusão produtiva, conforme aponta a narradora, também visava de forma mais direta à constituição da economia solidária no município. Para tanto, a formação técnica oferecida não era suficiente. Junto a ela desenvolvia-se a Formação para a Cidadania, motivada pela convicção de que o *povo*, sinônimo de *trabalhadores pobres vítimas do capitalismo*, é o portador das soluções necessárias às problemáticas da cidade, conforme a narrativa de Lenita, fazendo memória do trabalho na gestão municipal:

Resolvemos sair e ouvir o povo. Quando a gente começou a ouvir as mulheres, fomos para os bairros mais pobres e começamos a ouvir as mulheres,

as mulheres falaram assim: “Ah, se eu soubesse fazer pão, eu iria fazer pão para vender”. E aí a gente perguntava: “O que a senhora gostaria de fazer assim, alguma coisa que a senhora gostaria de fazer para ganhar um dinheirinho?”. “Se eu soubesse costurar, eu iria costurar”. E aí nós montamos, Conceição e eu tentamos montar um novo projeto, mais a Conceição porque ela era pedagoga e então ela pegou toda essa parte. A gente pensou juntas e quem escreveu foi ela, um projeto que nós chamamos de Programa de Qualificação para o Trabalho. Nesse programa, a gente criou cursos e os cursos eram efetivados lá no bairro. Porque nós pensávamos: “O pessoal não tem dinheiro para pagar passe pra vim pro centro da cidade”. Aí a gente ia lá e colocava uma faixa enorme, colocava “Prefeitura oferece curso de qualificação. Faça sua inscrição no dia tal”, e passava carro de som. Aí o pessoal vinha e a gente fazia uma ficha toda e eles falavam: “Que curso a senhora quer fazer?”. “Primeiro lugar panificação”. “E se não der esse, que curso?”. “Costura”. E daí ia. Aí conforme as inscrições a gente formava as turmas. E aí fazia parceria com as igrejas, com Rotarys, nos bairros, assim nos espaços que tinha e contratava o SENAI. [...] Nós tínhamos, teve uma época que tinha doze cursos dentro deste salão. Era um curso de corte e costura aqui, outro de corte de cabelo ali, então era assim. Era dinâmico a semana inteira. E na sexta-feira a gente reunia todos os cursistas, de todos os cursos para uma tarde de formação para a cidadania, que nós chamávamos. E nesta formação da cidadania a gente fomentava a ideia do cooperativismo, a ideia associativa. Não trabalhávamos lei do cooperativismo, mas trabalhávamos princípios do cooperativismo. E já trabalhávamos a própria possibilidade de geração de renda na perspectiva da economia solidária. Então, se o curso demorava seis meses, ele participava seis meses de formação para a cidadania, uma vez por semana (Lenita, 2011).

As pessoas, que a partir do curso de qualificação se organizavam em pequenos grupos que passavam a receber o nome de empreendimentos de economia solidária, tinham como condição para ingresso na rede e acesso ao crédito disponibilizado pelo banco comunitário administrado pela ONG participar de outro espaço de reflexão denominado *Formando Times*, que acentuava as discussões propostas pela Formação para a Cidadania. Esse, por sua vez, era continuado em reuniões mensais com grupos menores que se reuniam nos bairros de periferia, chamados núcleos de base. Continua Lenita:

A gente falava muito lá na prefeitura que a gente só conseguiria ir pra frente se a gente conseguisse formar time. Até trabalhei com essa ideia antes,

quando foi para a eleição do Lula. Teve uma copa no ano da eleição do Lula, primeiro ano que ele foi eleito, que era o Felipão que era o técnico e se falava que o Brasil ganhou porque o Felipe conseguiu unir, formar time... Daí então a gente usava esta fala pra dizer que o governo Lula só dá certo se ele consegue formar time, acreditar em uma proposta e levar pra frente. E eu trabalhava muito essa ideia na prefeitura: "Vamos formar time mesmo". A equipe de trabalho é um time que entra pra ganhar, que leva pra frente uma proposta e que a gente se sente irmanados um com o outro. E a gente como equipe a gente tinha dias de formação, dias de lazer... Nossa, a gente era uma comunidade, era um time. E então, um dia conversando assim: mas quem vai começar a pegar empréstimo dessa associação que nós éramos na época. A gente passava uma tarde com eles explicando o que era, que daí eles tinham algumas obrigações que era participar das reuniões e essa coisa toda. Então que tal a gente intensificar? Ao invés de pegar uma tarde a gente faz uma semana toda à tarde com alguns temas específicos que seria para a pessoa se sentir parte de um time maior que é a rede de economia solidária de Dourados. Ai então nós criamos este curso, Formando Times. No começo ele era de cinco dias e a gente trabalhava em cada tarde um tema. Um dia tinha relações humanas; outra tarde era cooperativismo, os princípios do cooperativismo; outra tarde era gestão dos empreendimentos de economia solidária, como se faz a gestão, a administração, um pouco esses dados assim; outra tarde a gente trabalhava o tema específico economia solidária, o que é, sempre com muita dinâmica; e outra tarde trabalhava rede de economia solidária, então esse era onde um grupo interagia com outros. [...] Era o curso de entrada na rede. E essa era a condição pras pessoas que queriam emprestar dinheiro. Porque não era emprestar por emprestar. Era emprestar para pessoas que queriam trabalhar em uma dinâmica diferente, de cuidado com a natureza, de outro jeito (Lenita, 2011).

Nesta narrativa novamente é mobilizada a noção de *comunidade* como o fato de estarem todos *irmanados*, e, desta vez, aparece junto a outro sinônimo com o qual estabelece uma relação metonímica: *time*. Sendo assim, formar times com o intuito de assumir uma disputa é condição de ingresso na rede de economia solidária e significa disposição para formar comunidades a partir de *relações humanas* específicas que, embora sejam apresentadas como características ontológicas, precisam ser reaprendidas em espaços definidos para formação, uma vez que foram corrompidas pelo capitalismo. Conforme podemos inferir a partir de Souza (1993), para militantes católicos ligados às CEBs e centralizados na noção de

comunidade como fuga do cativo e marcha para a libertação, o indivíduo é compreendido sempre como um sujeito em processo contínuo de crescimento. Este, por sua vez, se dá ao ritmo da participação desses indivíduos em espaços de formação. A imperativa busca de conhecimento que se coloca nos mencionados processos é enunciada como a única possibilidade de compreensão da situação do *povo* e leva a uma tomada de consciência sobre o processo de *libertação*, de luta contra a dominação que produz a inércia do trabalhador oprimido. Uma missão, portanto, que exige do militante político-religioso uma incansável atividade de procurar despertar e propagar um saber tendo em vista a constituição de um sujeito coletivo, altruísta e solidário, isto é, um sujeito comunitário.

Tomar consciência desta corrupção e descobrir as estratégias de transformação aparecem como o elemento mais importante da economia solidária de Dourados e incidem diretamente em sua organização e nas escolhas de seus agentes. Este fato fica ainda mais evidente depois de 2008, quando a prefeitura municipal retira o apoio aos empreendimentos e este é assumido exclusivamente pela ONG Mulheres em Movimento. Com redução significativa de pessoal, estrutura e recursos financeiros, os espaços que a ONG escolhe para continuar desenvolvendo as ações no que se refere à formação são exatamente o Formando Times e o acompanhamento aos núcleos de base.

Outro importante elemento encontrado na narrativa de Lenita sobre os espaços de formação articulados entre e para os empreendedores de economia solidária é a menção às dinâmicas e símbolos. Conforme já foi mencionado, citando Turner (1974) e o conceito *communitas* por ele proposto, a noção de comunidade mobiliza símbolos que remetem a uma filosofia utópica. Motta (2010), olhando para a economia solidária do Rio de Janeiro, destaca os momentos de dinâmicas envolvendo músicas, danças e demandando engajamento corporal inseridos em espaços específicos dentro dos encontros de formação denominados místicas, que, segundo a autora, "são rituais que contam com palavras, objetos, coreografias particulares e, como o nome sugere, têm um caráter religioso de integração espiritual, mas sempre ecumênico" (Motta, 2010, p. 42).

Nas narrativas sobre o fenômeno aqui estudado na cidade de Dourados, é também comum a descrição de momentos de mística e simbologias que são utilizadas na formação:

Porque através da simbologia, a pessoa que tem a dificuldade de expressar alguma coisa, a simbologia já expressa. Se você pede pra pessoa um símbolo que expressa o que ela viveu naquele mês, por exemplo – a gente fazia muito isso – e ela trazia lá uma pedra e dizia por que ela trouxe a pedra, ou por que que ela trouxe a luz, ou por que ela trouxe o símbolo, nossa ela expressava assim uma riqueza muito grande. Ela expressava a vida dela naquele símbolo. Então a gente usava muito isso. [...] Então colocava o desenho de várias mãos, a simbologia da terra, da água, do globo (Conceição, 2011).

Conforme aparece na narrativa de Conceição, neste contexto místicas e simbologias são sempre associadas ao ato de falar ou expressar-se. O ritual da fala leva o indivíduo a uma exposição de si e produz um conjunto de interpretações que recebem o estatuto de saberes manifestos, os quais posteriormente circulam entre todos que estão inseridos na rede. Além disso, o ato de falar comumente aparece como uma manifestação de adesão à proposta da economia solidária e sinal de melhorias na formação e na condição militante. É pela fala que um simples participante vai sendo reconhecido pelo seu coletivo como sujeito de ação e vai atingindo gradualmente a sonhada emancipação.

O símbolo mais recorrente tanto nas atividades da rede quanto no material de divulgação de suas ações – e também mencionado por Conceição – é o círculo formado por pessoas de mãos dadas. Ele foi transformado em imagem nas capas das cartilhas e folders, em banners e painéis e esteve presente em praticamente todos os espaços de formação através da construção de círculos onde as pessoas se levantam e unem suas mãos construindo o que os agentes denominam de ciranda:

A questão de você dar as mãos, da celebração mesmo. Por que você usa as mãos? Colocar as mãos juntas: todos juntos construindo um novo mundo, uma nova economia. Então não tem como você colocar uma mão só. Então colocava várias mãos (Conceição, 2011).

Os símbolos são elementos fundamentais para compreender as significações mobilizadas e criadas pelo grupo estudado. Retomando uma vez mais Turner (2005), percebemos que eles estão sempre essencialmente envolvidos nos processos sociais e, através de rituais específicos, permitem aos grupos ajustar-se a mudanças internas e adaptar-se ao ambiente externo. Os símbolos inseridos em um grupo determinado podem ser classificados como dominan-

tes ou instrumentais. Estes são compreendidos somente se olhados em relação ao seu contexto mais amplo, a um sistema total de símbolos que os inter-relaciona de maneira específica tendo em vista propósitos coletivos. Aqueles, por sua vez, põem em sua trama de significados “um conjunto de normas éticas e jurídicas da sociedade em contato íntimo com fortes estímulos emocionais” (Turner, 2005, p. 61).

A partir dessa classificação do autor, entre os símbolos mobilizados nos momentos de formação da economia solidária em Dourados, o círculo formado por mãos que se unem assume um lugar de símbolo dominante, uma vez que traz em si um valor considerado fim em si mesmo, a comunidade: “todos juntos construindo um novo mundo, uma nova economia”. O círculo contém, portanto, um valor axiomático e cada vez que é repetido reaviva o conjunto de princípios e valores reconhecidos por sua organização social e estabelece um ordenamento – ora de caráter mais normativo, ora mais espontâneo e sensorial – na inter-relação entre os indivíduos, atualizando representações de aspectos harmoniosos da vida comunitária. Conforme o autor: “Os símbolos produzem ação e os símbolos dominantes tendem a se tornar focos de interação. Os grupos mobilizam-se ao seu redor, cultuam-nos, desempenham outras atividades simbólicas perto deles, e acrescentam-lhes outros objetos simbólicos, frequentemente para formar santuários compostos” (Turner, 2005, p. 52).

Ao mesmo tempo em que o círculo de mãos que se unem representa a própria economia solidária, permite também a emergência de aspectos semânticos que remetem à diferenciação social deste grupo para com seu exterior. Assim, ainda que o objetivo final seja conseguir que toda a espécie humana se some à ciranda, ou seja, à conquista da libertação total e absoluta, na atualidade o capitalismo permanece presente e é compreendido a partir do símbolo da pirâmide. Pirâmide aqui, mais do que uma simples forma geométrica ou representação de suas relações hierárquicas, é a negação por excelência do próprio círculo, um elemento também recorrente nas cartilhas e nos materiais pedagógicos preparados pelas apoiadoras.

No centro de círculos formados por mãos humanas que se unem em comunidades são inseridos outros símbolos instrumentais para os quais todas as pessoas se voltam, e comumente – embora não com exclusividade – estão ligados a forças da natureza como terra, sementes, água, luz, ou então remetem a uma

comunhão planetária, com o uso do globo terrestre. Também é comum a utilização de símbolos ligados aos produtos dos empreendimentos econômicos solidários que pertencem à rede. Estes ocupam o lugar de símbolos instrumentais e são apreendidos a partir do símbolo dominante com o qual estabelecem profunda interação, gerando um conjunto de normas que precisam ser observadas por seus agentes, ao mesmo tempo em que se enchem de emoções voltadas às significações sociais que ali são geradas e condensadas. Terra, água, luz e sementes são sinais de uma natureza plena e harmoniosa, com potencial armazenado de germinação e crescimento, tanto quanto as mãos dadas que os circundam também o são. De outro lado, esses símbolos da reciprocidade e solidariedade geram aspectos normativos e de controle social, onde quem estendeu a mão no momento de formação está agora envolvido para além dela, em ações cotidianas também classificadas em solidárias e recíprocas, ou não. Envolvidos por cantos e poesias, os círculos e os símbolos instrumentais em seu interior condensam simultaneamente aspectos sensoriais e jurídicos que intercambiam entre si significações. “Normas e valores, de um lado, saturam-se de emoções, ao passo que as emoções básicas e grosseiras se enobrecem pelo contato com os valores sociais. O fastio da repressão moral transforma-se no ‘amor da virtude’” (Turner, 2005, p. 61).

É dessa maneira, com o movimento dos símbolos e de suas significações sensoriais e normativas, que a formação da rede de economia solidária de Dourados acontece. Nela os *segredos do cativo* são descobertos, interpretados, ensinados e aprendidos. A *marcha para a libertação* é vislumbrada. E a economia solidária assume, paulatinamente, a possibilidade de alcançar a sonhada comunidade.

Considerações finais

Como foi possível perceber, nas especificidades do contexto de Dourados a possibilidade de existência e continuidade da economia solidária pode ser encontrada no cotidiano das mulheres que buscam nela os sentidos de sua trajetória e que, simultaneamente, a reconfiguram com suas memórias narradas e vividas. No universo aqui investigado, a economia solidária aparece não apenas como uma forma de mobilização social, uma política pública de inclusão produtiva ou uma alternativa de trabalho e renda. No cotidiano etnografado e nas

enunciações recolhidas das mulheres de Dourados, a economia solidária indica ser, acima de tudo, um ato de fé que impulsiona deslocamentos das pessoas no caminho de busca pela sonhada libertação cristã. A soma de *comunidades* autônomas, autogeridas e não alienadas – chamadas igualmente de empreendimentos econômicos solidários – organizadas em redes que guardam a pretensão utópica de um alcance planetário.

As noções de *cativo* e *libertação* com todo seu potencial heurístico são encontradas subliminarmente nas memórias que ali compõem a economia solidária e implicam sempre *saídas*. Como vimos, nas narrativas aqui analisadas, a opção pela economia solidária é vista como a própria transformação do sistema capitalista e, conseqüentemente, como conquista da libertação, ou seja, da autonomia, da liberdade e, por que não, da solidariedade.

O que encontramos entre as entrevistadas, então, é uma proposta que exige dedicação integral de quem opta por ela e uma forma de conhecimento especial que permite não apenas identificar as situações e características do cativo capitalista, mas que oferece também as ferramentas necessárias para vislumbrar um caminho que leve à conquista da libertação, ao mesmo tempo identificada como um modelo específico de convivência cotidiana.

Este estudo de caso permite elaborar uma hipótese na qual a economia solidária no Brasil, além de ser um projeto político de enfrentamento ao capitalismo elaborado a partir de alternativas de geração de trabalho e renda, como comumente é tratada, também mobiliza significados articulados a um devir escatológico sustentado em experiências religiosas e certo vocabulário bíblico. Projeto político e devir utópico, ambos articulados definindo símbolos, ações, pertencimentos, moralidades, hierarquias, sentimentos, política pública. Uma prática com agentes múltiplos – empreendimentos, assessorias e gestores públicos – todos reunidos definindo pertencimentos, fronteiras e conhecimentos para *outro mundo possível*.

Referências

- MASCARELLO, M.L. 2012. Economia Solidária em Dourados: um conceito multivocal. In: Congresso de Cultura e Educação para Integração da América Latina, III, *Anais...* Eixo 7, p. 1-35.
- MAUSS, M. 2003 [1950]. Ensaio sobre a dádiva – Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: M. MAUSS, *Sociologia e Antropologia*. São Paulo, Cosac Naify, p. 183-314.

- MOTTA, E. 2004. *A 'outra economia': um olhar etnográfico sobre a economia solidária*. Rio de Janeiro, RJ. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 110 p.
- MOTTA, E. 2010. *Trajetórias e transformações no mundo da economia solidária*. Rio de Janeiro, RJ. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 294 p.
- PAULON, G. 2010. *Tecendo a igualdade: reflexões sobre gênero e trabalho na Rede de Economia Solidária em Dourados – MS (2000-2008)*. Dourados, MS. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Grande Dourados, 230 p.
- SOUZA, N.R. 1993. *A Igreja Católica e a produção do militante – cartografia de uma afinidade eletiva político-religiosa*. São Paulo, SP. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, 265 p.
- TURNER, V. 2005. Os símbolos no ritual Ndembu. In: V. TURNER, *Floresta de símbolos*. Niterói, EDUFF, p. 49-82.
- TURNER, V. 1974. A “Communitas”: modelo e processo. In: V. TURNER, *O processo ritual*. Petrópolis, Vozes, p. 160-200.
- VELHO, O. 1998. O cativo da Besta-Fera. In: O. VELHO, *Besta-Fera: a recriação do mundo: ensaios críticos de antropologia*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, p. 13-43.

Fontes primárias

- ATOS DOS APÓSTOLOS. 1991. In: *Bíblia sagrada*. São Paulo, Paulus, Edição Pastoral.
- BANCO PIRÊ. [s.d.]. Disponível em: <http://www.bancopire.org>. Acesso em: 12/06/2011.
- JORNAL DA ECONOMIA SOLIDÁRIA. Edições 01 a 13, publicadas entre 2005 e 2008. Dourados-MS.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS. [s.d.]. Cartilha: A Economia Solidária em Dourados – MS. Produzida pela Secretaria de Assistência Social e Economia Solidária.
- RELATÓRIOS REDE DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. 2005, 2006, 2007, 2008. Dourados-MS, Secretaria Municipal de Assistência Social, Superintendência de Economia Solidária.

Submetido: 09/01/2016

Aceito: 04/04/2016